

O PAPEL DA IGREJA NA CONSTRUÇÃO DAS VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS CONTRA AS MULHERES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

THE ROLE OF THE CHURCH IN THE CONSTRUCTION OF SYMBOLIC VIOLENCE AGAINST WOMEN IN CONTEMPORARY BRAZIL

Pablo Matheus Andrade Trajano Oliveira¹

Hevellen Alessandra Pacheco²

Resumo: Este artigo busca abordar o fenômeno da violência contra a mulher no campo religioso brasileiro. Em tal perspectiva, buscou-se identificar as raízes histórico-religiosas que serviram e servem como elemento estruturante e legitimador das chamadas violências simbólicas. A análise deste trabalho surgiu a partir da

leitura sociológica da realidade brasileira atual e procurou investigar a partir de alguns recortes históricos o processo de consolidação e reestruturação das violências simbólicas na sociedade atual no que diz respeito às relações de gênero e aos respectivos papéis sociais de homens e mulheres na sociedade contem-

1 Professor de História Sec. Educ. Pernambuco. Doutorando e Mestre em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), membro do grupo de pesquisa VIDELICET - vinculado ao PPGCR - UFPB e CNPq. Graduado em História pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

2 Estudante Ensino Fundamental, 9º Ano. Governo do Estado de Pernambuco. Escola Santo Amaro. Caruaru-PE

porânea. O texto busca demonstrar o importante papel que a religião, neste caso em específico, o cristianismo, desempenhou para a manutenção de uma visão patriarcal que ainda resulta na marginalização e supressão da mulher no contexto social. Nesse sentido, observamos o Cristianismo como um dos principais veículos de promoção da desigualdade entre homens e mulheres.

Palavras chave: Religião, Cultura, Violência Simbólica, Patriarcalismo, Cristianismo.

Abstract: This article seeks to address the phenomenon of violence against women in the Brazilian religious field. In this perspective, we sought to identify the historical- religious roots that served and serve as a structuring and legitimizing element of the so- called symbolic vio-

lence. The analysis of this work emerged from the sociological reading of the current Brazilian reality and sought to investigate, from some historical clippings, the process of consolidation and restructuring of symbolic violence in today's society with regard to gender relations and the respective social roles of men. and women in contemporary society. The text seeks to demonstrate the important role that religion, in this specific case, Christianity, played in maintaining a patriarchal vision that still results in the marginalization and suppression of women in the social context. In this sense, we see Christianity as one of the main vehicles for promoting inequality between men and women.

Keywords: Religion, Culture, Symbolic Violence, Patriarchalism, Christianity.

INTRODUÇÃO

O início deste breve trabalho acadêmico tem como ponto de partida o projeto de TCF (Trabalho de Conclusão do Ensino Fundamental) da Rede Estadual de Ensino do Estado de Pernambuco. A inquietação do texto surge a partir do diálogo entre algumas estudantes do 9º ano (E) da Escola Santo Amaro em Caruaru-PE, situada em Bairro periférico da cidade. Haja vista as temáticas abordadas no trabalho incomodavam o grupo envolvido. As violências simbólicas em grupos sociais, sobretudo a atuação nos temas acerca dos movimentos políticos, cultura, religiosidade, Igreja no Brasil e no mundo contemporâneo. Ditas estas breves palavras para situarmos o nosso leitor, iremos inspirados no verso de Fernando Pessoa “arrumar as malas para o

infinito”, e submergir nas especificidades do texto.

Tem se tornado banal em todo o Brasil os veículos de comunicações informarem eventos violentos contra a integridade das mulheres. Esses atentados violentos possuem inúmeros graus que partem das agressões psicológicas e morais, estupros, abusos físicos e homicídios. Outro dado relevante diz respeito ao campo na qual esses eventos acontecem com mais intensidade. De acordo com Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e pelo Centro de Referência da Mulher Maria Bonita (CRM) ambas situadas no município de Caruaru-PE a maior parte da violência e consequentemente dos crimes é praticada no espaço doméstico¹.

1 Os dados foram coletados pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e pelo Centro de Referência da Mulher Maria Bonita (CRM). De acordo com o levantamento, 37% das ocorrências estão relacionadas à vio-



Majoritariamente essa violência é praticada por homens que compartilham da intimidade do lar destas mulheres, sejam esses agentes: maridos, namorados ou companheiros das vítimas. Para darmos início a discussão acerca da violência simbólica, podemos trazer à inversão de valores do ambiente familiar cujo papel deste ambiente deveria ser a valorização de relações de respeito, confiança e afeto, tem se tornado um espaço marcado pela truculência masculina, onde o homem busca se reafirmar como agente que exerce dominação e controle nos corpos e mentalidades.

No Brasil, a violência doméstica também pode ser medida pelo alto índice de feminicídios, que consiste em crime de violência psicológica. Outro tipo de violência com um alto número de ocorrências foi a física, equivalente a 27% dos casos. O balanço ainda aponta para os registros de violência patrimonial (14%), moral (14%) e sexual (8%).

ódio. A propósito, a Lei do Feminicídio (13.104/2015) em vigor há seis anos no Brasil, adicionado ao artigo 121, §2º, inciso VI, do Código Penal, prevê circunstância qualificadora do crime de homicídio e inclui o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Em outras palavras, o feminicídio é o crime de assassinato de uma mulher pelo simples fato dela ser mulher. Para ser encarado como crime de feminicídio o delito necessariamente é cometido por um agente do sexo masculino, têm motivações banais como o ódio, o desprezo, menosprezo, discriminação ou a perda do controle físico e simbólico sobre as mulheres. Por ser uma herança perversa do patriarcado colonial fortemente enraizada na cultura brasileira, o crime de ódio contra a mulher ultrapassa o campo cultural, cor de pele, classe social ou credo.

Esse tipo de crime vem aumentando a cada ano como aponta pesquisa realizada em 2020 pela Secretaria de Defesa Social (SDS-PE) que registrou a ocorrência de 76 crimes do tipo em Pernambuco no ano de 2020. O número representa um aumento de 33,3% em relação a 2019. Em relação aos anos de 2020 – 2021 os dados, divulgados pela Secretaria de Defesa Social (SDS), apontam um aumento de cinco mortes, sendo contabilizados 19 feminicídios em janeiro e fevereiro de 2021, contra 14 nos mesmos meses do ano 2020. Até o momento da nossa pesquisa, os dados da Secretaria de Defesa Social (SDS) revelam que Pernambuco registrou um aumento significativo e assustador desses números. Houve no Estado um aumento de 19% de assassinatos de mulheres em 2021, praticados pelos companheiros em seus di-

ferentes níveis de envolvimento social, se comparado com os números de 2020.

Entretanto, a questão do homicídio é apenas (não entender “apenas” como reducionismo) a última etapa de um conjunto de inúmeras violências que as mulheres enfrentam diariamente no espaço familiar. Frequentemente o crime de morte é precedido por outras formas de violência por parte dos homens. Em tal perspectiva, o sociólogo Pierre Bourdieu (2011) nos oferece a explicação plausível para entendermos o que ele chama de violência simbólica. Trata-se de um tipo de repressão que não se utiliza de força física, o ato violento é cometido contra o indivíduo a partir da imposição de poder por via moral ou psicológica. Os agentes que exercem tal violência nesse caso em específico do feminicídio, homens contra as mulheres,

buscam submetê-las a seu poder com os elementos simbólicos disponíveis, sejam: agressões verbais, opressão, humilhações, ou seja, uma variante do discurso para atuar na desconstrução moral da mulher antes da prática do homicídio. Então, podemos dizer que, a violência física acontece quando a violência simbólica não cumpre seu papel, e quando a violência simbólica não cumpre seu papel? Muito raramente, então o que justifica esse número significativo de homicídios? É o que buscaremos responder ao longo do texto.

Neste trabalho acadêmico, a ênfase é dada à violência simbólica exercida contra as mulheres por seus companheiros que compartilham com elas o espaço familiar, e que constantemente é naturalizada pelos agressores, e, muitas vezes, também pelas próprias vítimas, o que isso significa

exatamente?

Antes de buscarmos entender essas questões é necessário compreendermos um pouco uma densa teoria disponível a partir do trabalho de Pierre Bourdieu. São: os conceitos de Campo, Habitus, Capitais. Percebemos estes conceitos como fundamentais para uma adequada compreensão das violências simbólicas. Segundo Oliveira (2019) Bourdieu aponta quatro tipos de capitais: capital econômico; cultural; social; simbólico. Nas palavras de Bourdieu conforme citado por Bonnewitz, (2003).

O capital econômico, que é constituído pelos diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) e pelo conjunto dos bens econômicos: renda, patrimônio, bens materiais.

O capital cultural, que corresponde ao

conjunto das qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pela família. Este capital pode existir sob três formas: em estado incorporado, como disposição duradoura do corpo (por exemplo, a facilidade de expressão em público); em estado objetivo, como bem cultural (a posse de quadros, de obras); em estado institucionalizado, isto é, socialmente sancionado por instituições (como os títulos acadêmicos).

O capital social, que se define essencialmente como o conjunto das relações sociais de que dispõe um indivíduo ou grupo. A detenção deste capital implica um trabalho de instauração e manutenção

das relações, isto é, um trabalho de sociabilidade: convites recíprocos, lazer em comum, etc.

O capital simbólico, que corresponde ao conjunto dos rituais (como as boas maneiras ou o protocolo) ligados à honra e ao reconhecimento. Afinal, apenas o crédito e a autoridade conferem a um agente o reconhecimento e a posse das três outras formas de capital. Ele permite compreender que as múltiplas manifestações do código de honra e das regras de boa conduta não são apenas exigências do controle social, mas são constitutivas de vantagens sociais com consequências efetivas (BONNEWITZ, 2003, p. 53-54. Grifo nosso).

Entre as diferentes formas de capital, é o capital econômico e o capital cultural que fornecem os critérios de diferenciação mais pertinentes para construir o espaço social das sociedades desenvolvidas (Ibidem, p. 54).

Ou seja, para o sociólogo francês Pierre Bourdieu os seres humanos possuem quatro tipos de capitais distintos e complementares, são eles: 1) capital econômico; 2) capital social; 3) capital cultural; 4) capital simbólico. É através da junção de tipos distintos de capitais, sobretudo o capital econômico e cultural que determinadas diferenças de poder são definidas socialmente. Com a junção desses capitais e por meio do capital simbólico, é que instituições e indivíduos podem tentar persuadir outros com

suas ideias. Construindo o habitus socialmente aceito.

Afinal o que é habitus? Para familiarizar o leitor sobre o conceito de habitus, tomamos emprestadas as palavras de Oliveira (2019). Para o professor Pablo Oliveira, o conceito de habitus, enquanto sistema de disposições para a prática, [como] um fundamento objetivo de condutas regulares, logo da regularidade das “condutas”, proposto por Bourdieu, permite entender a aparente contradição do comportamento dos agentes envolvidos na análise ligados às comunidades em estudo, pois, “se é possível prever as práticas (...), é porque o habitus faz com que os agentes que o possuem comportem-se de uma determinada maneira em determinadas circunstâncias”. Ao utilizarmos o conceito de habitus queremos sublinhar a sua relação intrínse-

ca com as práticas, pois, segundo Bourdieu, “o habitus mantém com o mundo social que o produz uma autêntica cumplicidade ontológica”. Nesse sentido ainda em conformidade com Oliveira (2019)

Sobre o conceito de habitus pode-se afirmar que é a internalização de valores e princípios que acabam constituindo nosso estilo de vida e a nossa visão de mundo. É uma estrutura estruturante, ou seja, existe fora de nós, mas existe em nós. Está posto lá fora e se afirma em nós estruturando nossas convicções. Por exemplo: o capitalismo existe enquanto sistema, mas existe em nós enquanto atividades capitalistas desenvolvidas por cada um de nós. Portanto, o habitus é fruto dessa equação,

do intercâmbio, do diálogo nosso com o meio e do meio conosco (OLIVEIRA, 2019, p. 62-63).

Em outras palavras, conforme Bourdieu (2011) o habitus é uma subjetividade socializada. Dessa forma, deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que são experimentados e postos em prática, tendo em vista que as circunstâncias de um campo o estimulam. Ou seja, o habitus é um sistema de disposições incorporadas, tendências que organizam as formas pelas quais os indivíduos percebem o mundo social ao seu redor e a ele reage em termos de classe social, religião, nacionalidade, etnia, educação, profissão, política, sexualidade. Logo, o habitus é adquirido através de reprodução² e reflete a

² Bourdieu faz uso do termo *Mimésis* que é um termo

realidade daquele campo de atuação dos agentes. Nesse sentido Bourdieu (2011) considera que os agentes/indivíduos não calculam racionalmente o tempo todo, mas sofrem pressões dos diferentes tipos de capitais, de outros agentes inseridos no campo, bem como instituições e estruturas disponíveis no campo.

Por exemplo, o posicionamento anticientífico e misógino do Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, que acumula certo tipo de capital e tem a capacidade de influenciar muitas pessoas pode ser uma ferramenta poderosa nessa construção da consciência coletiva. A ideia de habitus e campo, portanto, seria

oriundo do grego e significa a faculdade do homem de reproduzir, imitar. Na filosofia aristotélica, a mimésis representa os fundamentos da arte e Platão, por sua vez, cria ser tudo imitação, até mesmo que o universo é oriundo de uma imitação verdadeira, o mundo das ideias.

um contraponto ao cálculo racional consciente e objetivo na conduta dos agentes/indivíduos. De toda forma isso não elimina a consciência dos agentes e as motivações para agir. O que queremos sublinhar é que, as posturas de agentes influentes acabam se tornando um padrão a ser imitado pelos agentes que comungam do mesmo habitus e vivem no mesmo campo. Ou seja, se o Presidente afirma “que não estupraria uma determinada mulher por ser feia” o seguidor possivelmente não se sentirá impedido de violentar uma mulher, se o Presidente afirma que a vacina é ineficaz, o seguidor possivelmente reproduzirá o padrão.

Em tal perspectiva, a violência simbólica se dá justamente pela falta de equivalência desse acúmulo de capital entre as pessoas ou instituições no campo de atuação. Ditas estas palavras

podemos prosseguir. Violência Simbólica, o conceito foi definido por Bourdieu como uma violência que é cometida com a cumplicidade entre quem sofre e quem a pratica, sem que, frequentemente, os envolvidos tenham consciência do que estão sofrendo ou exercendo. A dificuldade de perceber o ato de violência simbólica se dá, sobretudo porque não é enxergada como violência pela própria vítima.

Gostaríamos de salientar que a temática aqui analisada parte da ótica das Ciências das Religiões e temos como ponto nevrálgico o ambiente de domesticação intitulado Igreja. A nossa hipótese é que neste ambiente de domesticação social são reproduzidas as estruturas de dominação simbólica masculina esquizematizada pela família patriarcal brasileira, herança colonial que durante séculos, constrói o habi-

tus da sociedade brasileira, o que torna este tipo de violência quase que imperceptível se comparada à violência física, contudo, é também uma ferramenta absurdamente devastadora.

O CAMPO DAS VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS

Conforme Pierre Bourdieu (2011), o poder simbólico é um mecanismo de poder invisível fruto do habitus social, ou melhor, do habitus de grupos sociais, que regulam as práticas e condutas dos membros de uma sociedade e tem força suficiente para moldar a identidade dos agentes inseridos no campo de atuação. Também age fomentando a disputa pelos bens simbólicos, pois se fundamenta na construção recorrente de valores, regras e normas de conduta que induzem pessoas a se compor-

tarem segundo critérios (habitus) do campo social ou critérios dos grupos sociais no qual se espelham. Para Oliveira (2019), o campo social é marcado pela luta de classes³ e interesses dos agentes inseridos no campo pela obtenção de capitais, e por sua vez esses agentes não dispõem do mesmo nível de capital para a conquista de outros capitais.

De acordo Oliveira (2019) o conceito de campo proposto por Bourdieu é ainda como um espaço social multidimensional de relações sociais entre agentes que compartilham interesses em comum, contudo, não dispõem dos mesmos capitais e competências. O campo pode

³ De acordo com a tradição marxista, Bourdieu pensa a sociedade por meio do conceito de dominação [...] que se manifesta através das estratégias que os agentes sociais mobilizam nos diferentes campos em que ocupam posições desiguais (BONNEWITZ, 2003, p. 8).

ser ainda um espaço de disputa entre dominantes e dominados. Por exemplo, o campo artístico, o campo religioso ou o campo econômico obedecem a lógicas diferentes. Para Bourdieu, um campo é como um espaço social multidimensional de relações sociais entre agentes que compartilham interesses em comum disputam por objetos específicos, mas que não dispõem dos mesmos recursos e competências.

Na ótica de Bourdieu, o campo é um espaço de disputa. Existe uma disputa entre os agentes que possuem um acúmulo maior de capital (poder) para intervir e transformar o campo, assim, podendo definir quais são os prêmios autênticos, as regras de entrada, bem como os limites de subversão. Desta forma empregam estratégias para conservarem suas posições e dificultam a passagem para aqueles desejo-



sos de largar sua posição de dominados empregando geralmente estratégias de subversão.

Em tal perspectiva, é assim que o poder simbólico cumpre sua função política como instrumento de imposição de uma classe social ou grupo sobre outro, constituindo-se em uma autoridade invisível que carrega consigo uma violência também simbólica, cuja ambição é justificar os pontos de vista da classe que mais detém capital, surgindo então, preconceitos, estereótipos e práticas de dominação. Ou seja, a violência simbólica é decorrência, ou melhor, fruto ou consequência do poder simbólico.

A FAMÍLIA PATRIARCAL CRISTOCENTRICA E A LEGITIMAÇÃO DA VIOLENCIA MASCULINA

A discursão sobre ma-

chismo e fé ainda são tabus para vários segmentos sociais no Brasil. Isto se deve, sobretudo pelo habitus que se perpetuou na sociedade brasileira de não discutir elementos sagrados. No Brasil, muita gente emite opinião religiosa inconsistente, todavia, os operados sociais do sagrado é que detém a palavra final, e estes são em sua maioria esmagadora homens donos das mega empresas de salvação. Este discurso bastante enfatizado pelo empreendimento masculino deixou como legado uma deficiência absurda acerca do entendimento dos fenômenos religiosos e seus sagrados e profanos. Além de, é claro, construir o machismo no Brasil.

Todo empreendimento masculino capitalista de fé apresenta o texto bíblico como manual moral de fé e submissão feminina, nesse sentido consis-

tem em desqualificar a mulher, colocando-a ora em situação de coadjuvante, ora sendo protagonista em atrapalhar os planos de Deus; ressaltando que, num país “religioso” na qual as discussões acerca dos fenômenos religiosos são ineficientes, atrapalhar os planos do “criador” é bem perigoso. Preparamos alguns textos em que esses exemplos melhor aparecem:

Gênesis 3:16 - E à mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua conceição; com dor darás à luz filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará.

Deuterônimo 22:20-21 - Porém se isto for verdadeiro, isto é, que a virgindade não se achou na moça, Então levarão a moça à porta da casa de seu pai, e os homens da sua ci-

dade a apedrejarão, até que morra; pois fez loucura em Israel, prostituindo-se na casa de seu pai; assim tirarás o mal do meio de ti.

Provérbios 25:24 - Melhor é morar só num canto de telhado do que com a mulher briguenta numa casa ampla.

Eclesiásticos 25 -26 - Toda malícia é leve, comparada com a malícia de uma mulher; que a sorte dos pecadores caia sobre ela!

Em outro texto do Gê-

nesis Bíblico o autor afirma que:

“Não é bom que o homem esteja só; farei para ele alguém que o auxilie e lhe corresponda”. [...] Então o Senhor Deus fez o homem cair em profundo sono e, en-

quanto este dormia, tirou-lhe uma das costelas, fechando o lugar com carne. Com a costela que havia tirado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher e a trouxe a ele. Disse então o homem: “Esta, sim, é osso dos meus ossos e carne da minha carne! Ela será chamada mulher, porque do homem foi tirada”. (Gênesis 2:18, 21-23).

Em tal perspectiva, podemos afirmar que a mulher surge como um ser secundário, ao contrario da criação masculina, que foi gerado para sujeitar a terra, dominá-la bem como dominar os demais seres vivos, a mulher não surge como um ser indis-

pensável aos desígnios divinos, papel esse atribuído ao homem, à mulher, entretanto, coube o papel de auxiliadora ou coadjuvante. Podemos inferir do texto que a mulher surge em decorrência da carência masculina e não de um proposito divino. Esse papel divino atribuído ao homem é a chave de construção simbólica que tratamos até aqui. Conforme Xavier (et al, 2007):

No texto citado acima, nota-se que a mulher recebeu uma denominação a partir da existência do homem. Como que por um parto, Deus anestesiou-o e retirou uma de suas costelas, dando início ao surgimento da mulher. Ora, tal cirurgia divina denota que para o Deus cristão a mulher é um pedaço de carne que só veio a existir pela carência do homem. Todavia, como o homem ain-



da não havia comido do fruto do conhecimento do bem e do mal, como se verá a seguir, ele não sabia o que era carência. Portanto, a mulher surgiu para suprir um capricho de Deus, e não do homem, posto ser a carência um atributo superveniente à queda. Há que se notar também que Deus levou a mulher até o homem, como uma encomenda, uma mercadoria, já que ela não tinha vontade própria, fora criada apenas para ser do homem (XAVIER, et al. 2007).

Além do texto que afirma ser de Adão a responsabilidade da administração dos bens do Jardim do Éden e de fazer uso de todos os seus benefícios, Adão recebe a mulher como mercadoria do próprio deus. Nesse

sentido o texto bíblico encontra espaço para reafirmar mais uma vez o machismo, colocando a mulher como um ser que não era capaz de discernir, levando o homem ao pecado que os retiraria do paraíso terrestre. Outro fator importante é a noção de propriedade que o homem detém. Este elemento se tornou fundamental na construção do imaginário colonial no Brasil e tem seus desdobramentos na contemporaneidade absorvidos pelo patriarcado moderno, pelo movimento integralista na década de 1930, os saudosistas da ditadura 1964-85 e obviamente, após o “golpeachment”⁴ de 2016, os tributários do bolsonarismo.

Fazendo um salto temporal e também um sobrevoo no Novo testamento, observamos

4 Termo utilizado pelo autor Jessé Souza no livro (A Elite do atraso: da escravidão à lava jato)

Jesus diante de uma situação delicada. Novamente uma mulher aparece como protagonista de sujeição às leis religiosas e morais dos homens, quando uma adúltera é pega em flagrante e levada a uma espécie de tribunal improvisado no qual se encontrava Jesus⁵. Afirmo o texto que Jesus, sendo judeu deveria emitir um parecer e julgar conforme os ritos judaicos. Qual era o conteúdo desses ritos, desta Lei? Apedrejar mulheres adúlteras até a morte. Importante ressaltar e perceber que em momento algum o homem adúltero fora levado a julgamento, confirmando novamente o machismo travestido de

5 Não nos debruçaremos no mérito teológico acerca da tentativa dos agentes envolvidos no texto de encurralar Jesus, haja vista estavam também usando essa pergunta como armadilha, a fim de terem uma base para acusá-lo. Sabemos que seria necessário um novo parágrafo para expor essa ideia, contudo não poderíamos deixar de anunciá-la.

moralidade na religião da época e posteriormente também absorvido pelo cristianismo.

Esse apedrejamento chancelado pela Bíblia persegue a mulher até os dias atuais, pois, quando não são violentadas em seus próprios lares, conforme Vilhena (2011), em seu livro “Uma igreja sem voz”, no qual aponta que 40% das mulheres que sofrem violência doméstica são evangélicas, ou são violentadas por uma sociedade que não aceita a mulher se desvencilhando de situações de vulnerabilidade. Ser espancada pelo próprio marido num lar cristão mostra uma mulher sem voz. Nas mãos do mercado, capitalismo, neoliberalismo, políticos partidários, aliado a alta desinformação acerca do fenômeno religioso estes fragmentos bíblicos se tornam uma arma poderosíssima na opressão. A partir do texto de Vilhena (2011)

percebemos um fato importante. A mulher que vive sob o julgo da tradição cristã patriarcal e, nos dias atuais a versão neocolonialista intitulada bolsonarismo, é vítima do apedrejamento silencioso que ocorre em 40% dos lares brasileiros.

É exatamente aqui que reside o caso das agressões psicológicas e morais contra a mulher, onde sua identidade é anulada em nome de uma normatização capitalista e um projeto de poder e famílias patriarcais, buscando anular a conduta, as ideias, os direitos individuais e, não obstante os corpos femininos passam a ser vistos naturalmente como propriedade, sendo esses elementos fortemente divulgados e fomentados por instituições como família, igreja, escola e mídia, sobretudo a igreja institucional tendo nesses ambientes a propagação de um discurso literal e

imagético como seres inferiorizados, que precisam ser submetidos às ações dos homens.

Quando nos referimos ao conceito de Campo e seus “prêmios autênticos”, “limites de subversão” e que o campo e o habitus da sociedade brasileira estão encharcados de heranças coloniais e patriarcais, e quando sublinhamos que; “quando a violência simbólica não cumpre seu papel?” respondendo a este questionamento à luz das Ciências das Religiões podemos afirmar que: a violência simbólica não cumpre seu papel quando uma quantidade significativa de mulheres rompe com a herança colonial. O habitus da sociedade foi pensado e por séculos vem sendo executado pelo mercado, elite financeira, Igreja cristã católica e a partir da segunda metade do Século XX as mais variadas instituições protestantes. [costumo chamar de

empresas de salvação, pelo seu alinhamento visceral aos bens simbólicos do mercado financeiro] (Cf. OLIVEIRA, 2018).

Não é coerente para uma sociedade patriarcal, na qual o homem é detentor dos bens simbólicos, bem como regulador dos costumes, tais como sexualidade, maneiras de se comportar nos ambientes internos ou externos, no casamento, carreiras acadêmicas, posições no mercado, etc, essa figura masculina, hétero sexual, após séculos de dominação encontrar uma rival que apesar de todo empreendimento das instituições para ser silenciada consegue encontrar mecanismos para se manifestar. Esta sobrevivência e resistência aos olhos de todo empreendimento masculino é um escárnio.

Aqui habitam os elementos da perda do controle físico e intelectual da mulher por

parte do patriarcado, do mercado, neoliberalismo e não menos importante Igreja institucional. Com essa perda de controle dos corpos e mentes⁶ recorre-se a agressão. Contudo, é também aqui que habita um aliado poderosíssimo ao sistema herdado do colonialismo, a igreja⁷.

6 Para o historiador Roger Chartier, uma história do sistema de crenças, de valores e de representações próprios a uma época ou grupo toca no aspecto de dominações das mentalidades. Nesse sentido a religião constitui peça fundamental para sociedade, uma vez que a religião constrói “sentidos, práticas e representações” (CHARTIER, 1986).

7 É nesse sentido que afirmamos ser a estrutura familiar brasileira na sociedade capitalista do século XX, a família nuclear burguesa europeia, marcada pela figura central do patriarca cristão que é ao mesmo tempo chefe da família geralmente composta por indivíduos com laços de sangue e/ou agregados, haja vista a permissão do homem ter relacionamentos extraconjugais ratificados pelo habitus social, esse patriarca ainda se coloca como “administrador das posses e do capital social nela investido com o objetivo de produzir vinculações sociais

Para frear esse “escarnio” se aposta na (re)construção, reafirmação do discurso religioso. Haja vista o habitus religioso ultrapassa os limites da igreja e atinge as outras instituições como, por exemplo, a família. Conforme o sociólogo Pierre Bourdieu a naturalização da opressão e dominação contra a mulher são transmitidas através da herança da família patriarcal, “é, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas” (BOURDIEU, 2018, p. 120). Aqui o discurso e imagem são capazes de inverter radicalmente a lógica moral e condutas regulares, ao passo de, o estupro, por exemplo, não úteis e duráveis que garantam o acesso a benefícios simbólicos ou materiais” (BOURDIEU, 2001, p. 151). Para esse assunto sugerimos também (BOURDIEU, 2005) Ainda sugerimos o texto clássico do Engels: “A origem da família da propriedade privada e do Estado”.

ser enxergado como crime, mas uma forma de punição legítima, de correção ou educação para a mulher que se “comporta” de forma “vagabunda” com “roupas curtas”, é a ratificação do discurso popular na qual se afirma “ela está pedindo para ser estuprada com essa roupa”. Interessante notar que esse discurso e imagem são oriundos de setores religiosos que pregam uma ideia de pureza sexual, impondo aos seus clientes (fies) a mais sutil forma de violência simbólica, e obviamente à anulação e a não descoberta do próprio corpo.

Como estes padrões são concebidos historicamente pelo discurso dominante, bem como são também fundamentados por uma instituição que está no limiar de 2000 anos de existência, ou seja, a Igreja, utilizando-se de todo aparato teológico de difícil compreensão, assim como das

investidas dos seus líderes como agentes santificados o indivíduo objeto de tal poder normalmente não se dá conta, seguindo seus princípios sem questioná-los, em um processo de total cumplicidade. Nesse sentido podemos afirmar que, como fruto desta forma de poder, a violência simbólica se realiza, para Bourdieu (2011, p. 47), como um tipo de agressão “invisível às suas próprias vítimas e exercida pelas vias mais sutis de dominação”, pois se constrói por meio de formas de expressão de uma sociedade, ou seja, o habitus da sociedade composto por seus valores, comportamentos e hierarquias que contribuem para a reafirmação e reprodução uma ordem social. Quando mencionamos também “inverter radicalmente a lógica moral e condutas regulares” queremos sublinhar que a violência institucional religiosa de ambas

as igrejas aqui mencionadas, sobretudo as empresas de salvação protestantes, tem cumprido seu papel de violência simbólica com bastante eficiência. É fruto desses ambientes e das famílias mantidas nestes ambientes o discurso das vítimas ser entendido como o causador do dismantelo social. O que queremos pontuar? Não raras às vezes nos deparamos com mulheres agredidas física ou simbolicamente que proferem o seguinte discurso: “eu não deveria ter provocado ele”, “eu acho que exagerei e isso o enfureceu”, ou ainda, o discurso proferido de mulheres para com mulheres: “isso não é roupa de uma mulher descente usar”, “tem que se guardar”, “feminismo é coisa de mulher sem marido e sem orientação de deus”. Podemos perceber nesses discursos fomentados pelas empresas de salvação um flagrante abuso psicológico que

possibilita e autentica a violência física quando houver a violência física. Nesse sentido podemos assegurar que, quando o indivíduo perde-se como indivíduo autônomo e é colocado como o objeto de um propósito divino de salvação e reestruturação do meio social, este agente que partecipa de tal violência, torna-se cúmplice da violência por não se dá conta, ou pior, se dando conta e acreditando que tal violência é legítima, pois o indivíduo se vê como o transgressor do habitus social e religioso, que a esta altura para esses indivíduos são a estrutura que mantém de pé todo o seu mundo.

Os agentes aqui continuarão seguindo seus princípios sem questioná-los, em um processo de total cumplicidade, docilidade, e de atribuição de culpa a si mesmas pelo enfrentamento de um empreendimento criado

por deus e mantido por homens.

É o auge da violência simbólica, quando a violência se torna legítima aos olhos das vítimas. Quando o dominado é o principal defensor do sistema enquanto estrutura de funcionamento do mundo. Nesse caso, a violência física não é mais “necessária” o agente está totalmente domesticado. A agressão física acontece quando houver um desvio do comportamento, seguido do discurso “eu mereci, desobedei a deus e ao meu marido”. Em tal perspectiva conforme Bourdieu (2011), a violência simbólica é admitida uma vez que “os dominados não se opõem ao seu opressor, já que não se percebem como vítimas deste processo”.

Nesse ambiente familiar sustentado pelas empresas de salvação, vale-se ressaltar um dos empreendimentos mais lucrativos da virada do século XX

para o XXI. O discurso e imagens masculinas do poder ou da concentração de poder age de forma tão agressiva que nos lares patriarcais sustentados por tais parâmetros podemos visualizar outra forma de violência; o chamado Estupro Marital⁸. Estupro Marital consiste num abuso sexual entre os cônjuges sendo praticado, sobretudo pelo marido contra a esposa.

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NAS EMPRESAS DE SALVAÇÃO

Portanto, queremos pontuar que a igreja enquanto empreendimento empresarial tem trabalhado arduamente para manter esse padrão colonial fa-

⁸ Não nos resta dúvida que seria necessário outro artigo para explicarmos tal teoria, contudo não poderíamos deixar de elucidá-lo neste breve texto.

miliar impondo suas normas construindo no imaginário a ideia que os indivíduos aceitem os papéis designados a eles, pois é um propósito maior e mais belo, desta forma, naturalizando condutas a exemplo da autoridade e da violência do homem e da submissão e da passividade das mulheres. É a partir dessa construção no imaginário que oriundo do espaço privado da família a violência simbólica contra as mulheres se expande para o espaço público da igreja.

Não cotidianamente, haja vista toda construção simbólica que expomos até aqui, (o indivíduo violentado não se enxerga como violentado) casos de violência tais como: assédios sexuais e morais, violências físicas e psicológicas e estupros são reportados em delegacias da mulher por membros de congregações/instituições religiosas.

A dificuldade em relação às denúncias estão ancoradas na breve análise que aqui nos propusemos. Contudo, podemos perceber a banalização dessa ação violenta que nem se tornam estatísticas, estão apenas nos discursos informais das mulheres dessas instituições. De toda sorte, podemos verificar esta premissa quando analisamos os poucos relatos de violência sofridos atualmente pelas mulheres no espaço institucional religioso, sublinhamos poucos relatos, haja vista a vastidão do território nacional, contudo como já pontuamos esbarramos na dificuldade citada anteriormente⁹.

⁹ Através da experiência de uma ordem social “sexualmente” ordenada e das chamadas à ordem explícitas que lhes são dirigidas por seus pais, seus professores e seus colegas, e dotadas de princípios de visão que elas próprias adquiriram em experiências de mundo semelhantes, as meninas incorporam, sob forma de esquemas de percepção e de avaliação dificilmente acessíveis à consciência, os princípios

No âmbito geral, o nosso breve levantamento realizado na delegacia da mulher em Caruaru-PE nos revelou que apenas 5% das mulheres relataram espontaneamente que sofreram algum tipo de violência, seja em âmbito físico ou simbólico nos ambientes das igrejas, obviamente não sem antes sofrerem um conflito interno para se sentirem confiantes e concretizarem a denúncia. O número sobe para cerca de 60% quando estas mulheres afirmam conhecer outras mulheres que também sofrem vários tipos de violências, o que sugere que muitas vezes a violência, especialmente a simbólica, não é vista como tal pelas vítimas, reafirmando a nossa observação anterior, acerca da “cumplicidade” de suas próprias vítimas. Esses

da visão dominante que as levam a achar normal, ou mesmo natural, a ordem social tal como é (BOURDIEU, p. 133, 2018).



números alarmantes não chegam a se tornar estatísticas haja vista não são formalmente catalogados, existem apenas no discurso.

Podemos assegurar “o patriarcado não abrange apenas a família, mas atravessa a sociedade como um todo”. Nesse sentido asseguramos que a igreja enquanto instituição do campo social age como extensão do espaço familiar, mantendo vivos seus valores, comportamentos e hierarquias, oferecendo os subsídios necessários para a dominação masculina. Portanto, sendo a igreja uma estrutura hierarquizada que garante ao agente masculino heterossexual autoridade e o poder, a instituição ainda oferece outros dois rigorosos elementos que atuam poderosamente no imaginário e atingem as realidades físicas das mulheres. São: a divisão social do trabalho, com

atribuições e tarefas divididas entre masculinas e femininas; e o controle da sexualidade feminina. É nesse sentido e lastreados a partir dessa pequena análise que ousamos afirmar que dentre os espaços com plena expansão de expressividades da violência de gênero e contra as mulheres, observa-se uma constante prática nos templos religiosos espalhados pela vastidão do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guisa de conclusão acreditamos que para impedir o avanço desta violência que ultrapassa a vida familiar e atinge as instituições do campo social e modificam o habitus dos agentes, seja necessário desconstruir de forma bastante enérgica os mecanismos históricos que eternizam o controle masculino e retiram da

mulher seu papel de agente histórico. De acordo Pierre Bourdieu (2018): “é contra essas forças históricas de des- historização que deve orientar-se, prioritariamente, uma iniciativa de mobilização, visando repor em marcha a história, neutralizando os mecanismos de neutralização da história.” Nas palavras do historiador Eric Hobsbawm “é tarefa dos historiadores tentar remover vendas, ou pelo menos levantá-las um pouco de vez em quando – e, na medida em que o fazem, podem dizer à sociedade contemporânea algumas coisas das quais ela poderia se beneficiar, ainda que hesite em aprendê-las” (HOBBSBAWM, 1998, p. 48).

Ou seja, acreditamos que estas ações terão resultado efetivo com atitudes enérgicas, bem como com a conscientização e iniciativa dos próprios homens de desconstruir estes mecanis-

mos, o que pode ser iniciado a partir de novas vivências dentro de suas famílias e de sua vida social, além de um aparato intelectual exterior bem estruturado para frear o avanço do fundamentalismo religioso, possibilitando surgir congregações de cunho mais progressistas, bem como as atividades e aulas que contemplem as ciências humanas, sobretudo, as Ciências das Religiões nas escolas com o intuito de promover vivências que possam abrir caminhos para o real diálogo com o intuito acabar com a naturalização de regras de conduta e de valores herdados do patriarcalismo colonial que apenas servem para promover violência contra as mulheres quando discordam ou não se submetem aos padrões de comportamentos. É necessário frear o avanço fundamentalista nas escolas, nas bancadas congressistas, nas em-

presas de salvação patriarcais, é necessário frear o avanço neofascista e bolsonarista com atitudes enérgicas e progressistas em todas as esferas de atuação das ciências humanas. É necessário provocar as Universidades e Escolas Públicas, como formadoras de agentes reflexivos, trazer à discussão sobre gênero, incluindo disciplinas que fomentem debates sobre os direitos de minorias e vulneráveis. O enfrentamento precisa ser diário e, sobretudo ideológico, afinal, os tributários do argumento contra ideológico utilizam as armas mais poderosas na construção do discurso e imagem ideológicas a seu favor, fazendo-se passar por um grupo que não interfere ideologicamente. É necessário atingir outra dimensão, uma na qual as mulheres não tenham que se perguntar até quando terão medo dos homens.

REFERENCIAS

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Razões práticas. Sobre a teoria da ação. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica. 6. ed. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.

BOURDIEU, Pierre; INDA, Andrés García; BENEITEZ, María José Bernuz. Poder, derecho y clases sociales. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001.

BONNEWITZ, Patrice. Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. A História Cultural entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1986.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. - Rio

de Janeiro: Leya, 2017.

HOBBSAWM, Eric. Sobre a História – Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, Pablo Matheus Andrade Trajano de. REVISTA VIDA: o habitus católico e o tempo do homem. Dissertação de Mestrado. PPGCR-UFPB. João Pessoa, 2019.

VILHENA, Valéria Cristina. Uma igreja sem voz. Editora: Fonte Editorial, 2011.

Poder Legislativo de Caruaru <<https://caruaru.pe.leg.br/institucional/noticias/caruaru-ocupa-segunda-posicao-no-ranking-de-violencia-contr-a-mulher>> Acessado em 25/06/2021

Poder Legislativo de Caruaru <<https://www.brasildefatope.com.br/2021/05/20/programa-de-registro-de-feminicidio-em-pernambuco-pode-ser-implimentado-em-pe>> Acessado em 25/06/2021

Poder Legislativo de Caruaru <<https://www.dia>

riodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2021/03/pernambuco-apresenta-alta-de-feminicidio-nos-dois-primeiros-meses-de-2.html> Acessado em 25/06/2021

Poder Legislativo de Caruaru <<https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2021/02/16/pernambuco-registra-alta-de-19porcento-nos-assassinatos-de-mulheres-em-janeiro-de-2021-204211>> Acessado em 25/06/2021

XAVIER, Marcio Costa Ruzon; SILVA, Julesnardo Alves da; SILVA, Thayane Oliveira da; COSTA, André Sousa. 2007. <<https://jus.com.br/artigos/60928/o-papel-do-cristianismo-na-contribuicao-ao-machismo-no-brasil>> Acessado em 25/06/2021